



MULHERIDADES ONLINE E INTERLIGADAS: DISCUSSÕES INTERSECCIONAIS SOBRE O CIBERFEMINISMO E A PROMOÇÃO DE SAÚDE

Luis Carlos Costa Silva
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
Liana Maria Ibiapina do Monte
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Resumo: Este trabalho tem como origem a construção de um ensaio ao qual se debruça diante de uma problemática: a construção e perpetuação do patriarcado, entendendo como o mesmo impacta nas condições de saúde das mulheres, contando como base dessa discussão o ciberfeminismo e a interseccionalidade. Esse movimento é resultado da construção de um sistema cisheteropatriarcal que estabeleceu a perpetuação de diversas violências de gênero. Assim, as mulheres passaram a serem excluídas e a vivenciar diversos tipos de agressões dentro e fora de casa. Entender a influência secular produzida por essas exclusões e discriminações é a gênese deste trabalho. Nesse sentido, a presente e constante violência de gênero ganhou um alicerce importante para seu combate, promovendo formas de bem-estar e empoderamento. O ciberfeminismo se tornou uma importante arma de luta das mulheres, construindo assim uma rede de conexão de saberes e articulação social. Nesse sentido, o ensaio visa propiciar reflexões pertinentes, convidando os leitores a dialogarem e perceberem as esferas machistas e como as redes promovem agora um espaço de cuidado e saúde.

Palavras-chave: Conexões; Bem-estar; Articulação.

Online and interconnected womanhood: intersectional discussions on cyberfeminism and health promotion

Abstract: This work originates from the construction of an essay that addresses a problem: the construction and perpetuation of patriarchy, understanding how it impacts women's health conditions, based on cyberfeminism and intersectionality. This movement is the result of the construction of a cisheteropatriarchal system that established the perpetuation of various forms of gender violence. Thus, women began to be excluded and to experience various types of aggression inside and outside the home. Understanding the secular influence produced by these exclusions and discriminations is the genesis of this work. In this sense, the present and constant gender violence has gained an important foundation for its combat, promoting forms of well-being and empowerment. Cyberfeminism has become an important weapon in the struggle of women, thus building a network of knowledge and social articulation. In this sense, the

essay aims to provide relevant reflections, inviting readers to dialogue and perceive the sexist spheres and how networks now promote a space for care and health.

Keywords: Connections; Well-being; Articulation.

Introdução

As sociedades se encontram cada vez mais conectadas, utilizando as redes sociais como mecanismo de divulgação e disseminação de ideias, fatos e notícias. Por meio desses espaços virtuais, são possíveis o articulamento de pares e diálogos frente as questões suscitadas, gerando a possibilidade de ações coletivas tanto no campo virtual como real. O ciberfeminismo, como afirma Dutra (2018), é uma dessas novas modalidades de compartilhamento e coletividades entre as mulheridades (aqui neste ensaio adota-se essa terminologia em alusão ao termo “mulheres”, por entender a necessidade de ampliação para abarcar todas as que se identificam desse gênero, compreendendo assim mulheres cisgêneras e transgêneras). Essa estratégia é resultado da luta dos movimentos feministas, os quais buscaram maneiras de combater as engrenagens machistas e patriarcais, responsáveis por diversas estigmatizações e violências de gênero. Nesse sentido, encontram-se nesses locais virtuais pontos de apoio e compartilhamento de informações importantes, gerando um movimento de força e suporte uma das outras, onde algumas possam carecer desses afetos no seu campo social.

Como afirma Felgueiras (2017), com o advento do ciberfeminismo, o movimento feminista ganhou mais uma importante mobilização de combate a essas estruturas patriarcais. O poder dessas conexões, atrelado à visibilidade que essas ferramentas possuem fortalecem os movimentos e promovem o apoio e suporte mútuo de diversas camadas e setores sociais. Assim, quando o espaço virtual adquire caráter para compartilhamento de conteúdo feminista, fomenta que as mensagens sejam disseminadas e cheguem cada vez mais longes e possam atingir as mulheridades de diversas faixas etárias, cor de pele e condições sociais. Nesse ponto de discussão é possível dialogar sobre o aspecto interseccional. Essa característica garante o debate, observando características para além do gênero, como observar a raça/etnia e as condições socioeconômicas diante do fenômeno estudado. Sem levar isso em conta, qualquer debate sobre gênero se torna escasso e incompleto, pois não abrange todas as mulheridades, o que reforça a invisibilização e a exclusão da promoção de saúde a qual o patriarcado promove.

Segundo Collins e Bilge (2020) falar sobre interseccionalidade é propiciar o entendimento dos muitos fatores que interferem dentro de um campo de escopo/estudo. São pensadas então desde princípios como gênero, cultura e tantas outras questões que interferem direta e indiretamente nos territórios. Isso impacta nas relações, modos de percepções e até mesmo como isso interfere no dia-a-dia das comunidades, e consequentemente, no cotidiano das pessoas. As autoras defendem a necessidade desse olhar ampliado das territorialidades, fazendo parte de um olhar global das subjetividades.

As violências de gênero interferem diretamente no bem-estar das mulheridades, fazendo com que muitas possam não ter acesso aos serviços de saúde, assim como a manutenção da qualidade de vida e da sobrevivência. Assim, é preciso um olhar atento para todas as formas de exclusão de saúde, o que pode ser discutido e identificado pelas estratégias virtuais. Esses mecanismos tecnológicos, para além do apoio, permitem a disseminação de informações e promovem uma rede psicoeducativa sobre direitos a saúde e os impactos da falta dela na qualidade de vida. Consequentemente, as mulheridades passam então a reconhecer as violências de gênero e como elas permanecem, sendo perpetuadas de maneiras sofisticadas e cada vez mais veladas, contribuindo para que muitas delas permaneçam em espaços de segregação e sobre tutela de abusos das diversas formas. O ciberfeminismo, até a ser adotado com uma perspectiva social, portanto, funciona como uma rede de suporte, mas acima de tudo de empoderamento que colabora para a construção de uma geração cada vez mais conectada, ciente e articulada pela luta dos seus direitos (Silva, 2022).

Essas medidas adotadas no campo virtual têm como base as negligências como a falta de acesso a serviços e instituições de saúde. Entendendo também que existem prejuízos a saúde mental, física e psicológica, repercutindo diretamente no corpo e mente. Um exemplo que ilustra essa discussão é como o racismo dificulta o acesso de mulheridades negras aos sistemas de cuidado, sobretudo se ainda se reconhecerem como travestis/transsexuais. Essa violência de gênero, e neste caso, raça, têm um papel fundamental nessa escassez sanitária. Sendo assim, se torna pouco eficaz não realizar neste trabalho essas análises interseccionais, para entender como tantas delas seguem invisibilizadas pelo Estado.

Com base nas questões apresentadas anteriormente, este artigo se configura como um ensaio que se propõe a discutir sobre como o ciberfeminismo consiste em forte potência no movimento feminista e uma alternativa palpável no combate às violências

de gênero. Além do mais, entendendo como as mulheridades exercem seu direito à vida e saúde. As reflexões pautadas aqui seguem na perspectiva de resistência e articulação, para que de fato esse direito seja assegurado, independentemente de qualquer restrição social/política/ideológica.

Metodologia

Este trabalho se configura como um ensaio, onde segundo Meneghetti (2011), esse tipo de produção recorre a uma possibilidade de discussão frente a determinadas problemáticas, visando instigar novas reflexões e ações. Ainda assim, este ensaio carrega consigo uma modalidade teórica, pois visa debater frente à literatura vigente sobre como o objeto de estudo desta investigação se encontra acessível nos trabalhos e diversas formas de divulgação dentro da academia. Cabe também, a esta modalidade, apresentar o cenário teórico disposto na literatura, gerando e convidando os leitores a produzirem conteúdos e tantas outras formas de manifestação, seja no campo acadêmico como social.

O trabalho se debruçou, portanto, frente a materiais, disponíveis nas bibliotecas virtuais como *Scientific Electronic Library Online* (Biblioteca Eletrônica Científica Online) - *SciELO*, Biblioteca Virtual em Saúde - BVS Brasil, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde - Lilacs e *Google Acadêmico*, ressaltando publicações correntes com as temáticas estudadas neste trabalho. O primeiro passo para a construção de um escrito parte da necessidade de uma leitura prévia e aprofundada acerca do objeto de estudo, vislumbrando o que possui de informações relevantes dentro do assunto. Portanto, é viável fazer inferências e outros entendimentos diante do que se encontra disponível nas bases virtuais. A partir daí, várias análises e interrogações foram realizadas de modo a produzir as ideias descritas e apresentadas na para a produção deste texto. Dessa forma, as inquietações foram apresentadas e distribuídas em três categorias distintas, a qual se debruça diante da tese defendida neste texto, sendo esta última um elemento fundamental da gênese do que se pretende em um ensaio.

Resultados e discussão

Elas estão online e querem mais do que uma conversa no *chat*

O ciberfeminismo é um termo que se tornou conhecido no século XXI, mas que se originou na década de 1990 em um cenário de ampla expansão das tecnologias digitais. Inicialmente o espaço online foi visto de maneira bastante utópica, devido a crença de que ele poderia ser utilizado apenas para a superação de algumas convenções socioculturais, como as assimetrias de gênero, resultando na criação de um ambiente mais igualitário (Ferro, 2023). Com o advento da internet e de um maior número de pessoas da sociedade conectadas em rede (Castells e Cardoso, 2002), observou-se um movimento em que as tecnologias digitais de informação e comunicação contribuíram para mudanças sociais e políticas. As arquiteturas informativas ecossistêmicas passaram a ser produzidas pelos seus usuários, fato esse que fomentou a difusão e o desenvolvimento de estudos que tratam do papel emancipador da mídia (Di Felice, 2013).

É inegável o poder das redes sociais na atualidade, sendo inclusive uma arma potente na divulgação e em formas de denúncia e disseminação de informações. Também já é de testemunho de boa parte da sociedade a presença desses mecanismos online para a solidificação de campanhas e interesses políticos/pessoais/financeiros. Além disso, as mídias digitais se tornaram armas para o reforçamento de conservadorismos e palanques de ideias misóginas e machistas. Isso repercute diretamente no comportamento das pessoas, dando assim margem para materialização de formas de segregação e violência. Na contramão desse movimento, os mesmos instrumentos também são utilizados para combater essas estruturas patriarcais e compartilhamento de medidas e formas de denúncia e proteção a saúde das mulheridades.

Evidencia-se que, embora o ciberfeminismo tenha surgido para denominar a atuação e participação feminina nas áreas de programação, seu significado foi se modificando com o tempo, inclusive devido à democratização do acesso a computadores, tablets e smartphones por um número cada vez maior de mulheres. O termo passou, portanto, a ter outros significados e na atualidade diz respeito às diferentes formas de ativismo e manifestações feministas (Carvalho e Gonçalves, 2023). A partir da difusão de estudos que têm lançado um olhar inovador em relação à função social da mídia e da expansão da internet, observa-se o surgimento de inúmeros movimentos sociais que, por meio de práticas sociais e comunicativas, realizam “novas formas de conflitualidades sociais” (Di Felice, 2013, p. 53).

Nesse ponto, as discussões deste ensaio mostram a importância de as mulheridades estarem interligadas e conectadas a essas ferramentas de grande potencial

de alcance, propiciada pelo ciberfeminismo. Essa questão é justificável por inúmeras razões, sendo uma delas a possibilidade de apoio mútuo e articulação entre os saberes e práticas feministas. Esse mecanismo vem na contrapartida das engrenagens machistas que, durante muitos séculos, excluíram a participação das mulheridades nos vários movimentos, legislações e formas de decisão de poder e política social. Também há de se apresentar que muitas dessas redes foram construídas e usufruídas, em sua grande maioria, por e para homens cisgêneros, brancos e heterossexuais, ou seja, quando se rompe com esse identitário e com o algoritmo tipicamente masculino, abre-se espaços para questões de educação, saúde, lazer e afins direcionado as mulheridades.

É importante ressaltar ainda como esse espaço virtual é necessário à reivindicação de questões de gênero, uma vez que as amarras patriarcais estabeleceram, nesses lugares, a disseminação do ódio e discursos que geram violências. Estar conectada significa combater mais uma forma de agressão e invisibilização do gênero, constituindo espaços seguros para impedir que atrocidades sigam perpassando do campo virtual para o real e potencializando vozes e compartilhando juntas novas ideias e formas de se assegurar direitos humanos. Schwengber *et al.*, (2020) recordam como essas redes abrem espaços para opiniões e discussões dentro do movimento feminista, promovendo um compartilhamento mais acessível as diversas realidades das mulheridades. Essas referências disseminadas nas mídias abrem campo para promoção de reflexões e até mesmo decisões de relações de forças diante das políticas públicas voltadas para elas.

Um dos muitos assuntos presentes nesses fóruns online têm se discutido frente as mais diferentes formas de discriminação, constituído como temas centrais abordados pelo ciberfeminismo. Isso permite que questões inerentes ao racismo, etarismo, identidades de gênero e sexual, papel social entre outras especificidades, sejam amplamente debatidas. Trata-se de um aspecto relevante, pois historicamente o movimento feminista esteve voltado para a mulher intelectual, branca, cisgênera, heterossexual e de classe média, mas, a partir da popularização das mídias sociais, as vozes de outros feminismos passaram a ser ouvidas, entre eles os feminismos lésbicas, trans e negro (Ferro, 2023).

Conforme Carvalho e Gonçalves (2023), esses locais virtuais também permitem desenvolver um mecanismo de veracidade frente aos desafios propostos da disseminação de notícias falsas e de discursos de ódio atrelados ao gênero. Existe uma maquinaria virtual que movimenta toda essa estrutura que busca confundir a população, alterando as

formas de observar e compreender o movimento feminista. Essas ações, de acordo com Dutra (2018), impactam a forma como as mulheridades se colocam contra as negligências do sistema, indo na contramão das solidificadas pelas violências e gênero e conectando cada vez mais diversas gerações feministas que estão prontas para se articularem de forma coletiva, seguindo a tradição dos movimentos sociais existentes.

Um aspecto importante do ciberfeminismo diz respeito à possibilidade de dar voz a uma multiplicidade de mulheres, com objetivos diferentes considerando, portanto, a interseccionalidade; isso acontece porque as lutas feministas são tão diversas quanto a diversidade cultural no Brasil. Porém, dentro de tais movimentos sociais existem irregularidades, o que significa afirmar que essa rede virtual feminista teve e tem suas limitações de alcance. É visível e recorrente uma situação de uma mulher negra, por exemplo recorte interseccional de raça, onde para trabalhar precisa deixar seus filhos, se submetendo a uma carga horária exaustiva e sem a remuneração necessária.

Ainda a respeito da realidade das mulheres negras, entendendo aqui a interseccionalidade como aspecto elementar dessa discussão, é notório a passibilidade da violência mesmo dentro da sua própria casa. Quando a mesma chega em seu lar, é atingida com agressões por parte de seu parceiro, podendo ficar restrita ao mundo exterior, pois possui dificuldades de conseguir uma rede de apoio, ainda que seja pelo meio virtual. Com a diversidade de movimentos sociais feministas, esta mulher negra foi acolhida por outro tipo de luta, a exemplo dos movimentos negros e antirracistas. O ciberfeminismo também perpassa por uma questão interseccional de raça, buscando dar visibilidade às suas lutas e experiências específicas, ainda que esse movimento tenha suas dificuldades diante da estrutura racista brasileira.

O ciberespaço facilita a conexão entre mulheridades distintas?

O termo ciberfeminismo tornou-se comum para explicar o atual processo de mobilização política das feministas nas diversas ferramentas *online*. Seu significado pode ser estendido, inclusive, para caracterizar a dinâmica política da quarta onda do feminismo, quando apontam “que a principal característica da chamada quarta onda feminista é a atuação nos meios de comunicação digitais” (Perez, Ricoldi, 2023, p.02). Um dos aspectos mais positivos do ciberespaço é sua capacidade de conectar mulheridades

de diferentes origens, culturas e vivências, criando redes de apoio e colaboração que transcendem barreiras físicas e sociais. Essa interconexão virtual oferece uma série de benefícios que fortalecem o movimento feminista e impulsionam a luta por igualdade de gênero. O ciberespaço dá voz a para muitas que vivem silenciadas ou marginalizadas dentro das suas vivências com seus parceiros e até mesmo familiares. Através da internet, elas podem se expressar livremente, denunciar injustiças e compartilhar suas perspectivas sobre o mundo, combatendo o isolamento e a invisibilidade. Essa visibilidade *online* empodera e contribui para a construção de um mundo mais justo e inclusivo.

O ciberespaço oferece uma plataforma também de combate as barreiras e silenciamentos tradicionais que sufocam o cuidado em saúde. *Blogs*, redes sociais e fóruns online permitem que mulheridades compartilhem suas experiências, ideias e perspectivas, criando um espaço de sororidade e apoio mútuo. Através da hashtag *#MeToo*, por exemplo, o ciberfeminismo deu voz a milhares de formas de violência e discriminação, promovendo a visibilidade e o debate sobre questões importantes. Por meio desse levante virtual, muito se discutiu sobre a saúde mental das mulheridades, expostas constantemente a assédios e discriminações em seus ambientes de trabalho. O que prejudicava a manutenção e sobrevivência delas, quando se colocavam a mercê de atitudes criminosas e machistas.

O ciberespaço celebra a diversidade do movimento feminista, reconhecendo as diferentes identidades, culturas e experiências que o compõem. Essa diversidade enriquece o movimento e o torna mais representativo da realidade de todas, combatendo a exclusão e a invisibilidade de grupos minoritários. Através do ciberfeminismo, as ativistas feministas promovem o que Collins e Bilge (2021) denominam como interseccionalidade, uma ferramenta analítica, ou “práxis interseccional”, que reconhece que as opressões de gênero se entrelaçam com outras formas de discriminação, como racismo, homofobia e transfobia.

Além disso, abrem-se novas possibilidades para o movimento feminista, permitindo a criação de novas formas de expressão, organização e ativismo por meio das ações interseccionais. Através da arte digital, “memes”, *hashtags* e outras ferramentas online, as mulheridades podem desafiar estereótipos, promover a igualdade de gênero e construir uma nova narrativa sobre o que significa ser mulher. O ciberfeminismo é um espaço de constante inovação e experimentação, considerando as diversidades presentes

nos espaços e nas vivências. Ser uma mulher cisgênera ou transexual negra não possui o mesmo “peso” diante de uma mulher branca. O ciberespaço convida para uma análise dessas realidades, considerando a necessidade de mais equidade em diversos aspectos, sobretudo o da saúde.

Seguindo a linha dessa discussão anterior, nota-se a presença do conceito de ciberfeminismo social descrito por Miguel e Boix (2013). Os autores defendem que essa terminologia fornece a oportunidade de compreender como as movimentações feministas, que se apropriam das tecnologias de informação e comunicação, geraram uma situação favorável à tessitura de uma nova rede social feminista considerando o território como um aspecto importante de informação. As zonas urbanas e periféricas apresentam formas distintas de relação com as mulheridades, assim, a análise também perpassa pela interseccionalidade de território, estabelecendo o meio como um importante ser nas relações sociais.

Saúde para quem? As opressões de gênero que impactam o bem-estar das mulheridades

A violência é um fenômeno de causalidade complexa, por vezes controverso e de mensuração problemática, porque o reconhecimento de sua ocorrência envolve análises de valores e práticas culturais, como também em seus componentes como saúde, causas sócio-históricas, econômicas e subjetivas (Minayo, 2005). A violência atualmente é definida como uso intencional da força física ou do poder, real, ameaça, contra si próprio ou contra outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulte ou possibilite resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug *et al.*, 2002; Dahlberg, Krug, 2006). Diversos fatores fazem com que as mulheridades dependem de um parceiro para conseguir lidar com a sociedade, mesmo que sofram com os todos os padrões de violência. Esse ciclo favorece para que se tornam prisioneiras de por inúmeras amarras sociais e machistas, se mantendo refém e de seu parceiro, prejudicando assim a sua saúde em detrimento do cuidado de uma outra pessoa.

A violência contra as mulheridades no ambiente doméstico ocorre com bastante frequência, instaurada por diversos mecanismos e cercada pelo medo, dor e silêncio (Brasil, 2006). Ela varia desde humilhações, ameaças, acusações até a violência física o

que gera impacto direto no bem-estar. Gomes e Pereira (2005) ressaltam que todas essas expressões são toleradas, silenciadas, desculpadas pela dependência em relação aos homens ou explicações do tipo: os homens não controlam seus instintos, a postura masculina exige homens rudes e violentos. É preciso romper com esse continuísmo que repercute, de modo significativo nas esferas política, social e cultural do país.

A medida que essas violências ocorrem, a saúde se torna fragilizada, mantendo ainda mais a vítima refém desses agressores. Engana-se quem imagina que apenas a dor física das agressões são apenas a única forma de maus tratos e repercussões na saúde. O dano emocional e psicológico desses relacionamentos e ações abusivas fazem essas mulheres se manterem na margem das suas próprias vidas, impedindo a realização de sonhos, desenvolvimento das suas autonomias e inserções na sociedade para além do papel de dona de casa. Consequentemente, essas fragilidades impedem que tenham cuidados próprios ao seu bem-estar.

Considerando as políticas de cuidado a saúde da mulher, existem cuidados íntimos/próprio destinados a este tipo de população. Apesar ainda da carência em muitos setores e serviços, as mulheres vítimas de violência não conseguem o alcance dessas estratégias, o que fragiliza a sua saúde. Além do mais, considerando o conceito de saúde, o mesmo se origina para além de uma patologia. As exclusões de gênero impedem acesso a moradia, lazer, cultura, educação e afins. Quando elas são impedidas do desenvolvimento saudável desses aspectos abre margem para diversos tipos de adoecimentos. Nesse movimento, as redes sociais têm promovido ações de cuidado feminino, considerando as diversas nuances entre ser uma mulher.

Gomes e Pereira (2005) destacam que mudanças no âmbito socioeconômico e cultural decorrentes da globalização vêm interferindo na dinâmica e estrutura familiar, sobretudo nos papéis desempenhados e atribuídas ao gênero feminino, possibilitando alterações, ou pelo menos conflitos que busquem essa mudança, em seu padrão tradicional de organização. Esses autores retratam ainda o que significa a casa para a família pobre é marcada pela fome e miséria, caracterizada por baixos salários e condições insalubres e de sobrevivência. É nesse cenário que se encontra inserida muitas mulheres brasileiras, impactando na falta de tempo e espaço para o autocuidado e a promoção do seu bem-estar. Considerando ainda que muitas políticas do Estado são machistas e pouco possuem formulações construídas por elas e para elas. As péssimas condições de trabalho e moradia, como citado pelos autores, representam um lugar de

privação, de instabilidade e de separação dos laços afetivos e solidariedade. O que faz com que muitas vezes, elas fiquem solitárias, dentro dos seus conflitos. O ciberfeminismo então parece ser uma alternativa viável para essa problemática.

O medo é a principal arma usada por os mais variados agressores, e esse medo consiste na privação de atos, pois mesmo diante de denúncias e palestras e os mais inúmeros tipos de ajuda oferecidas. Muitas ainda continuam sendo as antagonistas de suas histórias, pois a sociedade julga e continuam-se a criar estigmas. A falta desse cuidado próprio é confundida e muitas delas acabam sendo julgadas por outras pessoas. A vergonha e o medo impedem a luta pelo cuidado, onde as mesmas encontram nas mídias o apoio e até mesmo a força para saírem dessas violências e reconstruírem suas vidas. Obviamente esse processo não é fácil e não vivenciando da mesma forma diante da diversidade presente.

Considerações finais

Este trabalho não encerra suas questões aqui. Ao contrário, pois, ainda é preciso pensar e refletir sobre como o patriarcado oferta cada vez mais exclusões e discriminações de gênero. Também é necessário compreender como essas questões repercutem no bem-estar das mulheridades, provocando adoecimentos e a negação de direitos. Nesse sentido, o ciberfeminismo funciona como uma fonte de informação e combate a desinformação. Articulando não apenas as mulheridades, mas todas as pessoas da sociedade. Agora, a luta contra a desigualdade de gênero uma responsabilidade de todas as pessoas.

A violência de gênero tornou-se um dos maiores problemas sociais que necessita de visibilidade e políticas públicas efetivas para que se possa erradicar qualquer tipo mal-estar e que gere a não sobrevivência de corpos que não sejam masculinos. Infelizmente, a interseccionalidade de gênero expõe as inúmeras práticas de violência que interferem na saúde física, psicológica e social. E, muitas vezes, justifica-se a prática dessas violências pelos mais diferentes (e absurdos motivos). Vale salientar que nada justifica as agressões de gênero e que historicamente, impera o machismo imposto dentro das relações sociais. Contudo, o ciberespaço está disponível para mobilizar, ressaltar e apoiar o movimento feminista. Buscando aqui que nenhuma tenha um direito a menos!

Referências

- BRASIL. **Lei Maria da Penha e Legislação Correlata**. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.
- CARVALHO, C. R.; GONÇALVES, J. P. Cidadania digital, Democracia e Ciberfeminismo no contexto brasileiro. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, n. 16, 2023.
- CASTELLS, M.; CARDOSO, G. **A sociedade em rede: Do Conhecimento à Ação Política**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- COELHO, V. A. (2022). **Movimentos sociais, internet e direito: estudo de caso do coletivo anonymous**. Tese. (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.
- DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1163-1178, 2006.
- DE MIGUEL, A.; BOIX, M. Os gêneros da rede: os ciberfeminismos. Feminino internet em código. In: NATANSOHN, G. **Internet em código feminino: teorias e práticas** / - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013.
- DI FELICE, M. Novas perspectivas da participação e da cidadania no contexto das plataformas digitais. Entrevista concedida a Bruna Maria Paixão Castelo Branco. **Revista TICs & EaD em Foco**, São Luís, 7(2) 1-8, 2021.
- DUTRA, Z. A. P. A primavera das mulheres: Ciberfeminismo e os Movimentos Feministas. **Revista Feminismos**, v. 6, n. 2, 2018.
- FELGUEIRAS, A. C. L. Breve panorama histórico do movimento feminista brasileiro: das sufragistas ao ciberfeminismo. **Revista Digital Simonsen**, v. 6, p. 108-121, 2017.
- FERREIRA, G. V. P.; LIMA, J. V. R. B. C. Ciberfeminismo: feministas tecem uma nova rede. **Diversitas Journal**, 5(3), 2263–2296, 2020.
- FERRO, E. G. (2023). **“Ela é mais feminista do que eu”: narrativas de Jovens universitárias sobre feminismos nas Redes**. Tese. 257 f. (Doutorado em Educação) UNESP / Campus de Presidente Prudente.
- FREITAS, V. G. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira De Ciência Política**, (34), e238917, 2021.
- GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, p. 357-363, 2005.
- KRUG, E. G et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

MINAYO, M. C. S. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros** – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **Revista de administração contemporânea**, v. 15, p. 320-332, 2011.

PEREZ, O. C.; RICOLDI, A. M. A quarta onda feminista no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, p. e83260, 2023.

RICOLDI, A.; PEREZ, O. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. **Anais**. IN: Anpocs - 42º Anual da Anpocs, Caxambu, 2018.

SCHWENGBER, M. S. V.; VARGAS, R. S.; MOMBACH, V. V.; BRACHTVOGEL, C. M. DISCURSOS DOS CIBERFEMINISMOS E VULNERABILIDADES DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO EM TEMPOS DE COVID-19. **Direito Público**, [S. l.], v. 17, n. 94, 2020.

SILVA, P. O. G. (2022) **Ciberfeminismo negro: uma análise acerca das novas ferramentas da militância feminista negra**. Monografia. 63 f. (Curso de Interdisciplinar em Estudos Africanos e AfroBrasileiros) – UFMA, São Luís/MA.